



PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE (UASG)

(929507)

OBJETO

Aquisição de 120 (cento e vinte) licenças de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara Municipal de Valinhos (CMV), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 172.846,80

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **04/05/2026** às **9h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço.

MODO DE DISPUTA:

Aberto.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 (Processo Administrativo nº 30/2026)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Valinhos, por meio da Diretoria Administrativa, sediada na Rua Ângelo Antônio Schiavinato, nº 59 - Residencial São Luiz, Valinhos-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>, no dia e hora mencionados anteriormente neste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Integram este Edital os **Anexos I a III** e o Estudo Técnico Preliminar - ETP (arquivo disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.camaravalinhos.sp.gov.br/imprensa/licitacoes/Pregao-Eletronico/1/2026>).

1 DO OBJETO

1.1. Aquisição de 120 (cento e vinte) licenças de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara Municipal de Valinhos (CMV).

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o **terceiro dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6 **Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5 pessoa jurídica que, nos **5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital**, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2.6.8 Empresas que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011;

2.6.9 Empresas que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos IV e V, da Lei nº 12.527/2011;

2.6.10 Empresas que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 22 da Lei nº 12.846/2013) ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (art. 23 da Lei nº 12.846/2013);

2.6.11 Empresas que estejam proibidas de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.6.12 Sociedades cooperativas, nos termos do art. 3º, § 4º, inciso VI, da Lei Complementar nº 123/06.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.1 A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante de que trata o subitem acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2.9 Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.9.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.7.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.7.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.8 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.9 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Administração ou de sua desconexão.

3.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 **4.1.1 Valor Unitário e Total Global**, conforme tabela constante do Termo de Referência, em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

4.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pela Câmara e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Total Global**, conforme tabela constante do Apêndice do Termo de Referência.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverão ser de:

Item 1: R\$ 20,00 (vinte reais);

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 No modo de disputa **“aberto”** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do **Estado de São Paulo**;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#), e da Lei Estadual nº 13.798, de



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

09 de novembro de 2009.

5.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo estabelecido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a **Proposta de Preços**, conforme modelo constante do **Anexo II deste Edital**, adequada(s) ao(s) último(s) lance(s) ofertado(s) após a negociação realizada, acompanhada(s), se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

- a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

5.21 O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:105279244816821:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO); e

6.1.5 Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE. (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

eventual desclassificação;

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.3 deste edital.

6.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1 conter vícios insanáveis;

6.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

6.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço/material ou da área especializada no objeto.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Apêndice ao Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

7.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.4 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

abrangidos.

7.6.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.9.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.10.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.13 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. Porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos para habilitação fiscal, social e trabalhista listados no Apêndice ao Termo de Referência, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.15 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Câmara Municipal, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

7.16 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.15 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 O andamento do processo poderá ser acompanhado pelos interessados no sítio eletrônico <https://www.camaravalinhos.sp.gov.br/imprensa/licitacoes/Pregao-Eletronico/1/2026>.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2.1 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara.

9.2.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

9.3. A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

9.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;
- c) após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.
- d) Os prazos referidos neste item considerarão dias corridos.

9.5 A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

9.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

9.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@camaravalinhos.sp.gov.br.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.camaravalinhos.sp.gov.br/imprensa/licitacoes/Pregao-Eletronico/1/2026>.

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o Estudo Técnico Preliminar - ETP (arquivo disponibilizado no endereço eletrônico (<https://www.camaravalinhos.sp.gov.br/imprensa/licitacoes/Pregao-Eletronico/1/2026>) e os seguintes anexos:

11.11.1 Anexo I – Termo de Referência;

11.11.2. Apêndice ao Termo de Referência;

11.11.3. Anexo II – Proposta de Preços;

11.11.4. Anexo III – Minuta de Contrato;

11.11.5. Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar.

ISRAEL
SCUPENARO

Assinado de forma digital por
ISRAEL SCUPENARO
Dados: 2026.04.10 12:17:26 -03'00'

Israel Scupenaro

Presidente



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de 120 (cento e vinte) licenças de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara Municipal de Valinhos (CMV).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente aquisição visa atender o parque de equipamentos da Câmara de Valinhos em sua totalidade, aí incluídas as 82 (oitenta e duas) novas máquinas (desktops e notebooks) recentemente adquiridas;
- 2.2. Também visamos atualizar considerável parte das máquinas já existentes e em operação, mas que trabalham com versões bastante antigas deste pacote de software (temos, hoje, cerca de 60 licenças do Office 2007 em uso). Ampliar e garantir a uniformidade das versões de software entre os computadores da CMV vai garantir a fácil e rápida troca de arquivos e total compatibilidade entre documentos e planilhas gerados a partir das várias áreas de nossa estrutura organizacional, bem como facilidade de comunicação com outros órgãos públicos e empresas que façam uso de versões mais recentes do produto;
- 2.3. Ainda sobre o objeto deste processo licitatório, optamos em especificar/requerer minimamente a versão **Home & Business 2024**, pois realizamos atento estudo sobre a melhor adequação custo / benefício da solução. A aquisição visa padronizar e modernizar os recursos de produtividade da instituição, garantindo o uso de software original, com suporte técnico adequado e compatibilidade com os sistemas operacionais vigentes. A versão **Microsoft Office Home & Business 2024** foi escolhida por ser estável, amplamente utilizada, compatível com arquivos legados e não requerer assinaturas recorrentes, garantindo economia e segurança jurídica à organização.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA)

3.1. Produto: **Microsoft Office Home & Business 2024** (ou versão superior)

- 3.1.1. Tipo de Licença: **Perpétua**;
- 3.1.2. Quantidade: **120 (cento e vinte) licenças**;
- 3.1.3. Plataforma: Compatível com Windows 10 ou superior;
- 3.1.4. Idioma: Português (Brasil);
- 3.2. Ativação: Através de chave de licença (**Product Key**) ou conta Microsoft;
- 3.3. Modalidade: Licença para instalação local (não baseada em nuvem);
- 3.4. Aplicativos incluídos (mínimo): Word, Excel, PowerPoint e Outlook;
- 3.5. Tipo de uso: comercial/profissional;
- 3.6. Suporte: Suporte técnico padrão da Microsoft;
- 3.7. Entrega: Eletrônica (via e-mail, portal ou sistema de gestão de licenças);



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

3.8. Garantia: Garantia de autenticidade e funcionamento, com emissão de nota fiscal e chave de ativação original.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Condições de fornecimento

4.1.1. As licenças devem ser originais, novas e fornecidas diretamente pelo fabricante ou revenda autorizada Microsoft;

4.1.2. **O fornecedor deve ser representante autorizado Microsoft, o que será necessariamente comprovado através de busca de sua razão social no link público (consulta de revendas Microsoft) seguinte :**
<https://www.microsoft.com/pt-br/solution-providers/home>

4.1.3. É de responsabilidade do fornecedor, prestar suporte na ativação inicial das licenças, caso necessário.

4.2. Da subcontratação

4.2.1. Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar ponto(s) deste edital, desde que a somatória deste(s) item(ns) não ultrapasse(m) 50% do valor total do contrato;

4.2.2. Havendo subcontratação, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, atendendo o item nº 4.1.2, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3. Obrigações e responsabilidade – CONTRATADA

4.3.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as rotinas e obrigações incluídas na legislação pertinente, neste Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, notadamente as que seguem:

4.3.1.1. Nomear, em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, um preposto responsável pelos fornecimentos e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato, orientar os executantes dos fornecimentos e fiscalizar o cumprimento de suas orientações;

4.3.1.2. Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel que possibilitem contatos imediatos entre seu preposto e a fiscalização do contrato, de forma a agilizar a troca de informações e a solução de problemas.

4.3.1.3. Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração;

4.3.2. O preposto será responsável por:

4.3.2.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a sua realização;

4.3.2.2. Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da contratante, segundo determinação da fiscalização do contrato, dentro dos limites da contratação;

4.3.2.3. Adotar todas as providências necessárias para a correção de quaisquer falhas detectadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.3.3. Responder por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os fornecimentos;
- 4.3.4. Refazer quaisquer fornecimentos recusados pela fiscalização do contrato;
- 4.3.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização do contrato;
- 4.3.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 4.3.7. Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação;
- 4.3.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
- 4.3.9. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos fornecimentos contratados e prestá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e instruções deste Termo de Referência e do instrumento convocatório e seus anexos;
- 4.3.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, respeitado o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento);
- 4.3.11. Apresentar os documentos fiscais, em conformidade com a legislação vigente, inclusive no que se refere à retenção de tributos;
- 4.3.12. Atender prontamente quaisquer exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato.

4.4. Obrigações e responsabilidade – CONTRATANTE

- 4.4.1. Exercer a fiscalização do fornecimento, por meio de servidores especialmente designados, e documentar as ocorrências havidas;
- 4.4.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o fornecimento contratado;
- 4.4.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários;
- 4.4.4. Emitir a devida Ordem de Fornecimento;
- 4.4.5. Efetuar os pagamentos devidos;
- 4.4.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto à aplicação de sanções, às alterações e às revisões do Contrato.

5. EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Prazo

- 5.1.1. A CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para entregar o objeto à CONTRATANTE, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), expedida pelo Departamento Administrativo após a assinatura do contrato;

5.2. Manutenção

- 5.2.1. Suporte por meio de canal de atendimento;
- 5.2.2. Substituição da licença em caso de falha ou defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

5.3. Disposições gerais

- 5.3.1. As licenças adquiridas não poderão ser revogadas, expiradas ou convertidas para modelo de assinatura;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

5.3.2. Qualquer divergência entre os produtos entregues e as especificações aqui descritas será motivo para devolução e substituição sem ônus para a contratante;

5.3.3. Casos omissos serão resolvidos conforme a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos).

6. GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente;
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 6.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 6.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 6.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 6.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado conforme as condições estabelecidas no contrato ou instrumento similar, mediante entrega completa das licenças e apresentação da Nota Fiscal.

8. SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO, em função do valor, de acordo com a Lei n. 14.133/2021.

8.2. Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.2.1. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Instrumento de abertura ou solicitação das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observados os requisitos exigidos no Instrumento de abertura ou solicitação das propostas.

8.4. Qualificação Técnica

8.4.1. Para fins de qualificação técnica, deverão ser observados os requisitos exigidos no Instrumento de abertura ou solicitação das propostas.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário médio ESTIMADO	Valor contratual total ESTIMADO
01	01	Aquisição de licença de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara de Valinhos	120	R\$ 1.440,39	R\$ 172.846,80

Chegamos a um valor unitário estimado de R\$ 1.440,39 / licença e um custo total para as 120 (cento e vinte) licenças de R\$ 172.846,80 (cento e setenta dois mil, oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, mediante a seguinte dotação, conforme a previsão do Plano Anual de Contratações: Dotação 3.3.90.40.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

11.1. O gestor do contrato será o Diretor de infraestrutura e Serviços, Sr. WARNER CLAYTON FERRARI (matrícula 23.536), e os fiscais do contrato serão os servidores MARCEL COELHO MARTINS, matrícula n. 23.268, e PEDRO SÉRGIO FORCHESATTO, matrícula 23.502.



APÊNDICE AO TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (COMPLEMENTAÇÃO)

Aquisição de 120 (cento e vinte) licenças de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara Municipal de Valinhos (CMV), nas quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação e descrição da necessidade da contratação encontram-se no Estudo Técnico Preliminar (arquivo disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.camaravalinhos.sp.gov.br/imprensa/licitacoes/Pregao-Eletronico/1/2026>).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (COMPLEMENTAÇÃO)

3.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de **termo de contrato**, a ser assinado eletronicamente pelo adjudicatário no **prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização**, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela **CONTRATANTE**, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas no Edital;

3.1.1 O adjudicatário será cientificado da disponibilização do Contrato para assinatura **exclusivamente por meio do e-mail informado na Proposta**;

3.2 Se, por ocasião da formalização do contrato, a documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** estiver com os **prazos de validade vencidos** no SICAF, esta Câmara verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

a) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, comprovar a situação de regularidade mediante a apresentação da respectiva documentação, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

3.3 Será facultado à **CONTRATANTE**, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;

3.3.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a **CONTRATANTE**, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

3.3.2 Será facultada ao **CONTRATANTE** a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 3.3 e 3.3.1**.

3.4 Constituem também condições para a celebração da contratação:

- a) Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a **CONTRATANTE** verificará a regularidade fiscal da **CONTRATADA**, consultará o **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)** e a **Relação de Apenados do TCESP**, e emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas;

3.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela **CONTRATANTE** caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à penalidade de **impedimento de licitar ou contratar**, nos termos no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, às sanções previstas no Edital, e à imediata perda, quando exigida, da **garantia de proposta** em favor da **CONTRATANTE**.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

4.3 As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4 A **CONTRATANTE** poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a **CONTRATANTE** poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **Comissão de Fiscalização** (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **pregão eletrônico**, com adoção do **critério de julgamento pelo MENOR PREÇO**, sem prejuízo da comprovação de exequibilidade da proposta quando exigida pela área de Compras ou pelo Demandante.

Forma de fornecimento

5.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

5.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

5.5 **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

5.6 **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.7 **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

5.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

5.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

5.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

5.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

5.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.18 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.19 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

5.22 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, no prazo de **até 30** (trinta) **dias corridos**, contados da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, desde que a correspondente nota fiscal/fatura tenha sido emitida sem incorreções.

6.2. Não será iniciada a contagem de prazo para pagamento, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções ou irregularidades, sendo de **2** (dois) **dias**, a contar da comunicação pela **Comissão de Fiscalização**, o prazo para sua regularização.

6.3. Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

6.4. Conforme legislação vigente, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

6.5. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

6.6. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

6.7. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **CONTRATADA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

6.8. Não serão consideradas como atraso no pagamento as retenções efetuadas em virtude da aplicação das sanções administrativas.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa total, estimada em **R\$ 172.846,80**; onerará os recursos orçamentários e financeiros, reservados na Funcional Programática: 01.031.0500.2.500 – Elemento: 3.3.90.40.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ.

8. DESCRIÇÃO, CÓDIGO COMPRAS.GOV, QUANTIDADE, PREÇOS REFERENCIAIS E REDUÇÃO MÍNIMA

Item	Descrição Resumida (*)	Código CATMAT	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor unitário médio ESTIMADO	Valor contratual total ESTIMADO	Redução mínima entre lances (R\$)
1	Aquisição de licença de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara de Valinhos	27472	120	Unidade	R\$ 1.440,39	R\$ 172.846,80	20,00
Valor Total Global Estimado em R\$						R\$ 172.846,80	

() Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os Itens CATMAT/CATSER mais semelhantes aos descritos no Termo de Referência. Havendo divergências entre as descrições dos objetos existentes no Edital e as utilizadas pelo Sistema Compras.gov, devem prevalecer os estabelecidos no Edital e seus anexos.*



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

À Câmara Municipal de Valinhos

OBJETO: Aquisição de 120 (cento e vinte) licenças de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara Municipal de Valinhos (CMV), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

DADOS DA EMPRESA	
REFERENTE À EMPRESA	
Razão social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
REFERENTE AO REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO	
Nome:	
Cargo:	
E-mail institucional:	E-mail pessoal:
Telefone(s):	

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Aquisição de licença de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara de Valinhos.	120		
Valor Total (por Extenso):				

Produto ofertado: _____ (Microsoft Office Home & Business 2024 ou versão superior).



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Prazo de entrega do objeto: ____ dias (máximo de 10 (DEZ) dias corridos contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (O.S.) expedida após a assinatura do contrato);

Validade da proposta: _____ dias (mínimo 60 dias).

DECLARO, sob as penas da lei, que os produtos e serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência (Especificações) enviado quando do pedido desta proposta.

DECLARO que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Valinhos, em ____ de ____ de 2026.

Assinatura do representante - Nome e RG



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº __/26 QUE FAZEM
ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE
VALINHOS E _____

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**, inscrita no CNPJ sob nº 59.01.676/0001-23, isento de Inscrição Estadual, com sede na Rua Ângelo Antônio Schiavinatto, 59, Residencial São Luiz – Valinhos - SP, neste ato representado pelo (cargo e nome), doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (*nome e função na Contratada*), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 30/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 04/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de 120 (cento e vinte) licenças de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara Municipal de Valinhos (CMV), nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (arquivo disponibilizado _____ no _____ endereço _____ eletrônico <https://www.camaravalinhos.sp.gov.br/?module=licitacoes>).

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Edital da Licitação;

1.2.1.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Estudo Técnico Preliminar;

1.2.3 A Proposta da Contratada;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência inicia-se na data estabelecida na Autorização de Fornecimento e encerra-se com o término da garantia legal do objeto de 90 (noventa) dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2.1.1 A eficácia do presente instrumento e de seus eventuais aditamentos está condicionada a sua divulgação, no prazo legal, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

2.2 A Autorização de Fornecimento será enviada pela **Fiscalização** designada pela **CONTRATANTE**, no prazo de até **10 (dez) dias** a contar da data de assinatura deste contrato.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **CONTRATADA**, previstas neste instrumento e nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa da Contratada:

2.2.1.1 A **CONTRATADA** será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas;

2.2.1.2 O **CONTRATANTE** poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3 Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, a **CONTRATADA** não terá direito a qualquer espécie de indenização.

2.4 O prazo de duração das licenças é perpétuo;

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e em seus Anexos e Apêndice.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Será permitida a subcontratação para o transporte dos itens e para a prestação da garantia dos produtos.

4.2 A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e somente após a aprovação da **Comissão de Fiscalização** do contrato os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados.

4.3 Esta **CONTRATANTE** não reconhecerá qualquer vínculo com a empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

subcontratada, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a **CONTRATADA**, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estes causarem.

4.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1 O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), composto pelos seguintes itens:

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor contratual total (R\$)
01	01	Aquisição de licença de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara de Valinhos	120		

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Apêndice ao Termo de Referência - Anexo I do Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta.

7.1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do índice pelo IPC FIPE- índice de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.1.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.1.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.1.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.1.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.1.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 Além das disposições constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, o **CONTRATANTE** obriga-se a:

8.2 Indicar, formalmente, Comissão de Fiscalização para acompanhamento da execução do objeto contratado;

8.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.4 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.5 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.7 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, de seus anexos e do Termo de Referência - Anexo I do Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3 Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pela Comissão de Fiscalização ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão de Fiscalização, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.8 Comunicar à Comissão de Fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.9 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pela **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

11.2 O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 A **CONTRATADA** se sujeita às sanções previstas na legislação vigente e no item 9 do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida na cláusula anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na Funcional Programática: ----- – Elemento: -----

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente Contrato é o Foro da Comarca de Valinhos, Estado de São Paulo.

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal da **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1-

2-



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

(Contratos)

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

- Órgão: **CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**
- Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): **Departamento de Infraestrutura e Serviços**
- Responsável pela Demanda: **Warner Clayton Ferrari (Diretor), Matrícula: 23.536**
- E-mail: **infraestrutura@camaravalinhos.sp.gov.br**
- Telefone(s): **19 3829-5355**

REVISÕES

- **Versão 03 28-jan-2026 – revisão na justificativa de escolha da versão 2024 (psf)**
- Versão 02 – revisão geral, alteração do produto (H&B 2019 para H&B 2024) e alteração quantitativa (de 100 para 120 licenças).

SUMÁRIO

1.	Descrição da necessidade de contratação (art. 18, §1º, I da Lei 14.133/2021)	52
1.1.	Objeto	52
1.2.	Justificativa	52
1.2.9.	Alguns documentos do TCU, aliás, podem assertivamente embasar esta nossa decisão	53
1.2.12.	Sobre o uso e aplicação de cada versão	54
1.2.13.	Tabela comparativa de valores.....	54
1.2.14.	Considerações importante sobre os valores dos produtos cotados	55
1.2.15.	Conclusão	55
2.	Alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II da Lei 14.133/2021)	55
3.	Descrição dos requisitos da contratação (art. 18, §1º, III da Lei 14.133/2021)	55
3.1.	Condições de fornecimento	55
3.2.	Da subcontratação	56
3.3.	Generalidades	56
3.4.	Obrigações e responsabilidade – CONTRATADA	56
3.5.	Obrigações e responsabilidade – CONTRATANTE	57
4.	Estimativa das quantidades a serem contratadas (art. 18, §1º, IV da Lei 14.133/2021)	57
5.	Levantamento de mercado (art. 18, §1º, V da Lei 14.133/2021)	58
6.	Estimativa do valor da contratação (art. 18, §1º, VI da Lei 14.133/2021)	59
7.	Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII da Lei 14.133/2021)	59
8.	Justificativas para o parcelamento ou não da solução (art. 18, §1º, VIII da Lei 14.133/2021)	59



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- 9. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX da Lei 14.133/2021) 59
- 10. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato (art. 18, §1º, X da Lei 14.133/2021) 60
 - 10.1. Gestão do contrato 60
 - 10.2. Fiscalização do contrato 60
- 11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI da Lei 14.133/2021) 60
- 12. Possíveis impactos ambientais (art. 18, §1º, XII da Lei 14.133/2021) 60
 - 12.1. Impactos Ambientais 60
 - 12.2. Medidas Mitigadoras ou Compensatórias 60
- 13. Viabilidade (ou não) da contratação (art. 18, §1º, XIII da Lei 14.133/2021) 61
 - 13.1. Viabilidade Técnica 61
 - 13.2. Viabilidade Econômica 61
 - 13.3. Interesse público 61
 - 13.4. Conclusão da Viabilidade 61



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2. Descrição da necessidade de contratação (art. 18, §1º, I da Lei 14.133/2021)

2.1. Objeto

2.1.1. Aquisição de 120 (cento e vinte) licenças de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara Municipal de Valinhos (CMV).

2.2. Justificativa

2.2.1. O pacote de aplicativos OFFICE da Microsoft contempla um grupo de ferramentas de produtividade que auxilia sobremaneira o trabalho rotineiro dos servidores da Câmara de Valinhos e, hoje, já é praticamente um padrão de mercado;

2.2.2. Principalmente em relação à criação e manutenção de planilhas de cálculo (através do aplicativo MS-Excel), geração de textos formatados (através do MS-Word), apresentações (pelo MS-PowerPoint), além de valiosa ferramenta para agenda e automação de escritório e cliente de correio eletrônico (MS-Outlook), o uso destes recursos computacionais tem garantido, nas últimas décadas, incremento extremamente relevante na produtividade das empresas que deles fazem uso rotineiro e planejado;

2.2.3. Alguns outros pacotes de ferramentas semelhantes disponíveis entregam apenas parcialmente os resultados destes aplicativos, como, por exemplo, o pacote LibreOffice e o Apache OpenOffice. Já o grupo de ferramentas da Microsoft apresenta vários e preciosos recursos adicionais e permite a fácil e imediata integração com arquivos e bases de dados exportados de outras fontes (outros órgãos públicos, empresas fornecedoras ou mesmo dados provenientes dos municípios), já que o Office da Microsoft detém uma posição de absoluta liderança no mercado de software de produtividade. Embora não exista um número preciso de sua participação de mercado global, algumas estimativas extraoficiais citam algo em torno dos 90% de presença entre empresas comerciais;

2.2.4. Em relação à quantidade pretendida, a presente aquisição que ora objetivamos visa atender o parque de equipamentos da CMV em sua totalidade, aí incluídas as 82 (oitenta e duas) novas máquinas (desktops e notebooks) recentemente adquiridas pela CMV;

2.2.5. Também visamos atualizar considerável parte das máquinas já existentes e em operação, mas que trabalham com versões bastante antigas deste pacote de software (temos, hoje, cerca de 60 licenças do Office 2007 em uso). Ampliar e garantir a uniformidade das versões de software entre os computadores da CMV vai garantir a fácil e rápida troca de arquivos e total compatibilidade entre documentos e planilhas gerados a partir das várias áreas de nossa estrutura organizacional, bem como facilidade de comunicação com outros órgãos públicos e empresas que façam uso de versões mais recentes do produto;

2.2.6. Ainda sobre o objeto deste processo licitatório, optamos em especificar/requerer minimamente a versão **OFFICE HOME&BUSINESS 2024**, pois realizamos atento estudo sobre a melhor adequação custo/benefício da solução;

2.2.7. Primeiramente, decidimos pela aquisição (“perpétua”) das licenças, em detrimento do pagamento anual, pois, pela nossa projeção, os pagamentos de 3 a 5 anos das licenças anuais já cobririam o custo da licença perpétua (havendo uma variação de valores decorrente da versão de software contratada). E, pelo histórico prático da CMV, temos utilizado estas licenças, via de regra, por períodos próximos a 10 (dez) anos, normalmente;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2.2.8. **A versão mais atual do pacote Office disponibilizada na forma de aquisição “perpétua” é a 2024.** Importante citar, algumas versões anteriores ainda estão disponíveis em lojas e distribuidores, com valores médios menores, mas:

2.2.8.1. A versão **2019** foi descontinuada em outubro de 2025 e, face a esta situação, foi descartada de nosso planejamento;

2.2.8.2. A versão **2021** ainda é disponibilizada com frequência no mercado, mas seu suporte já tem também previsão de descontinuidade (outubro-2026), daí considerarmos não adequada para nossa aquisição, objetivando o atendimento de médio e longo prazos;

2.2.8.3. A versão mais atualizada, portanto, e que escolhemos como objeto deste processo, face à atualidade, disponibilidade e relação custo/benefício, é a 2024. A estimativa atual é que seu suporte, sem qualquer solução de continuidade, permaneça totalmente disponível, minimamente, até 2029.

2.2.9. **Alguns documentos do TCU, aliás, podem assertivamente embasar esta nossa decisão**

2.2.9.1. **Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário**

- “A contratação de soluções de TI deve considerar o ciclo de vida da solução, evitando-se aquisições que conduzam à obsolescência precoce e à necessidade de novas contratações em curto prazo.”

2.2.9.2. **Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário**

- Trata diretamente de planejamento de TI e reporta pelo menos os seguintes pontos-chave:
- **Necessidade de:**
 - Análise do ciclo de vida
 - E avaliação do custo total de propriedade (TCO)
- **Evitar soluções:**
 - Com vida útil reduzida
 - E que exijam recontração prematura

2.2.9.3. **Em síntese**, conforme orientações do Tribunal de Contas da União, notadamente os Acórdãos nº 1.603/2008-Plenário e nº 2.622/2013-Plenário, bem como o Guia de Boas Práticas em Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação, as aquisições de TI devem considerar o ciclo de vida da solução, o custo total de propriedade e o risco de obsolescência, sendo desaconselhada a contratação de soluções com vida útil reduzida ou próximas ao fim de suporte pelo fabricante.

2.2.10. Um ponto também digno de nota é que o Office versão 2019 foi projetado originalmente para o Windows 10. A versão 2021 também foi originalmente prevista para Windows 10 e iniciou a utilização com Windows 11. Já a versão 2024 do Office, por sua vez, já foi planejada e criada para uso do Windows 11 e todas as nossas 82 novas máquinas (PC’s e notebooks) recentemente adquiridos fazem uso exclusivamente do Windows 11. Ou seja, **objetivamos total compatibilidade de software entre Sistema Operacional e suíte de aplicativos**, o que não seria tecnicamente possível com versões anteriores (2019 e 2021) do pacote Office. Isto resulta em menor incidência de problemas de software, menor retrabalho de instalação e operação de aplicativos e, principalmente, mais segurança de dados (softwares mais adequados às mais novas políticas de segurança);



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2.2.11. Ainda em relação a esta versão adotada (2024), e já abordando o produto específico escolhido para a aquisição, citamos que nossa pesquisa de mercado verificou valores próximos a R\$ 4.400,00 para a **versão LTSC (Long-Term Servicing Channel)** e R\$ 1.400,00 para a **versão ESD (Electronic Software Delivery) Home&Business**, e aqui também cabem algumas considerações bastante importantes:

2.2.12. Sobre o uso e aplicação de cada versão

2.2.12.1. A despeito de a MICROSOFT orientar o uso da versão LTSC no caso de grandes empresas (uso comercial), não há quaisquer impedimentos ou restrições legais de a versão Home&Business (uso doméstico e pequenas empresas) ser utilizada aqui na CMV. A diferença entre as versões, de forma bem simplista, resumida, consiste notadamente em recursos corporativos avançados, tais como a gestão centralizada de licenças ou a integração com serviços em nuvem e em trabalho compartilhado (muito utilizado por empresas com estrutura matricial cujas equipes de usuários trabalham simultaneamente em projetos de médio/grande porte, por exemplo) – recursos estes, em nosso caso específico, sem aplicação imediata ou a médio prazo aqui na CMV;

2.2.12.2. A solução de menor custo (Home&Business), portanto, atende plenamente às necessidades do órgão, sem prejuízo à execução das atividades rotineiras, pois o software será utilizado para atividades administrativas simples, tais como elaboração de textos, planilhas, apresentações e gerenciamento de correio eletrônico, não havendo demanda por recursos avançados de colaboração em nuvem, inteligência artificial, gestão corporativa centralizada ou funcionalidades específicas de ambientes críticos;

2.2.12.3. O nosso ambiente computacional é bastante controlado, com inventário atualizado de ativos, usuários identificados e restrição de instalação de softwares não autorizados. Os recursos avançados de gestão de licenças da versão LTSC, portanto, não apresentariam vantagem técnica em nosso caso específico, tendo a versão Home&Business perfeita adequação a este nosso perfil;

2.2.12.4. Concluindo, o Microsoft Office Home&Business 2024 inclui os aplicativos Word, Excel, PowerPoint e Outlook, atendendo plenamente às necessidades funcionais identificadas pelos nossos usuários. Trata-se de software com licença perpétua, com instalação em um dispositivo por licença, fornecido diretamente pela fabricante (Microsoft Corporation), mediante entrega eletrônica (*Electronic Software Delivery – ESD*).

2.2.13. Tabela comparativa de valores

Produto	Tipo de licença	Valor unitário	Quantidade licenças	Valor total
Office Home&Business 2024	Perpétua	R\$ 1.450,00	120	R\$ 174.000,00
Office LTSC Standard 2024 Commercial	Perpétua	R\$ 4.425,35	120	R\$ 531.042,00
Microsoft 365 Apps for business (P1Y-Annual) - Commercial	Assinatura ANUAL	R\$ 687,72	120	R\$ 82.526,40



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

2.2.14. Considerações importante sobre os valores dos produtos cotados

- 2.2.14.1. Os valores acima foram levantados junto a fornecedor oficial credenciado Microsoft (MAPData);
- 2.2.14.2. Observe-se que apenas dois anos de assinatura (custo recorrente) já correspondem a 95% do valor de aquisição (custo único) das licenças (versão Home&Business). Como temos utilizado, via de regra, o produto por períodos nunca inferiores a 5 ou 6 anos, como já citado neste mesmo documento, anteriormente, é simples compreender a vantagem financeira da aquisição definitiva sobre a assinatura anual para o caso da CMV;
- 2.2.14.3. A diferença de valor entre os produtos LTSC e Home&Business é de R\$ 357.042,00, ou seja, esta é a economia decorrente da opção pelo produto Home&Business (considerando o quantitativo de 120 licenças). De forma apenas ilustrativa, este valor “economizado” representa 95%, quase a totalidade, portanto, dos recursos gastos com a recente aquisição de 62 novos computadores Desktop DELL (R\$ 375.286,00) pela CMV.

2.2.15. Conclusão

- 2.2.15.1. Buscamos real compromisso entre a melhor solução técnica e os princípios da economicidade, transparência e eficiência no uso dos recursos públicos para atendermos da melhor forma possível as necessidades de ferramentas de software de nossos usuários da CMV. Consideramos o quantitativo de 120 (cento e vinte) licenças necessário e suficiente para o atendimento de curto e médio prazos da CMV e o produto escolhido (versão 2024 Home&Business) atualizado e igualmente suficiente para o atendimento da demanda, em comparação com versões mais ricas em recursos técnicos mas de custo muito mais alto e não necessários à nossa aplicação, ou versões de menor custo, mas desatualizadas e de grande possibilidade de inadequação com as melhores práticas de TI.

4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II da Lei 14.133/2021)

- 4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, mediante a seguinte dotação, conforme a previsão do Plano Anual de Contratações: Dotação 3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ;
- 4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. Descrição dos requisitos da contratação (art. 18, §1º, III da Lei 14.133/2021)

5.1. Condições de fornecimento

- 5.1.1. As licenças devem ser originais, novas e fornecidas diretamente pelo fabricante ou revenda autorizada Microsoft;
- 5.1.2. **O fornecedor deve apresentar documentação que comprove a autorização para comercialização de licenças Microsoft, conforme previsto no TERMO DE REFERÊNCIA (TR);**
- 5.1.3. É de responsabilidade do fornecedor prestar suporte na ativação inicial das licenças, caso necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

5.2. Da subcontratação

- 5.2.1. Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar ponto(s) deste edital, desde que a somatória este(s) item(ns) não ultrapasse(m) 50% do valor total do contrato;
- 5.2.2. Havendo subcontratação, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, atendendo o item nº 3.1 integralmente, o que será avaliado e juntado aos autos do processo correspondente.

5.3. Generalidades

5.3.1. Prazo de Entrega/ Execução:

- 5.3.1.1. O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Fornecimento e/ou da assinatura do contrato;

5.3.2. Manutenção:

- 5.3.2.1. Suporte por meio de canal de atendimento;
- 5.3.2.2. Substituição da licença em caso de falha ou defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

- 5.3.3. **Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:** O gestor do contrato será o Diretor de Infraestrutura e Serviços WARNER CLAYTON FERRARI, Matrícula: 23.536, e os fiscais do contrato serão os servidores da área de TI do Depto. de Infraestrutura : MARCEL COELHO MARTINS, matrícula 23.268, e PEDRO SÉRGIO FORCHESATTO, matrícula 23.502;

- 5.3.4. Indicação da data pretendida para a conclusão da contratação: **PRIMEIRO SEMESTRE 2026;**

- 5.3.5. Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução: **Não há.**

5.4. Obrigações e responsabilidade – CONTRATADA

- 5.4.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as rotinas e obrigações incluídas na legislação pertinente e no Edital e seus Anexos, notadamente as que seguem:

- 5.4.1.1. Nomear, em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, um preposto responsável pelos fornecimentos e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato, orientar os executantes dos fornecimentos e fiscalizar o cumprimento de suas orientações;

- 5.4.1.2. Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel que possibilitem contatos imediatos entre seu preposto e a fiscalização do contrato, de forma a agilizar a troca de informações e a solução de problemas.

- 5.4.1.3. Instruir seu/sua preposto (a) quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração;

- 5.4.2. O preposto será responsável por:

- 5.4.2.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a sua realização;

- 5.4.2.2. Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da contratante, segundo determinação da fiscalização do contrato, dentro dos limites da contratação;

- 5.4.2.3. Adotar todas as providências necessárias para a correção de quaisquer falhas detectadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.4.3. Responder por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os fornecimentos;
- 5.4.4. Refazer quaisquer fornecimentos recusados pela fiscalização do contrato;
- 5.4.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização do contrato;
- 5.4.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 5.4.7. Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação;
- 5.4.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
- 5.4.9. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos fornecimentos contratados e prestá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e instruções deste Termo de Referência e do instrumento convocatório e seus anexos;
- 5.4.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, respeitado o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento);
- 5.4.11. Apresentar os documentos fiscais, mensalmente, em conformidade com a legislação vigente, inclusive no que se refere à retenção de tributos;
- 5.4.12. Atender prontamente quaisquer exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato.

5.5. Obrigações e responsabilidade – CONTRATANTE

- 5.5.1. Exercer a fiscalização dos fornecimentos, por meio de servidores especialmente designados, e documentar as ocorrências havidas;
- 5.5.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os fornecimentos contratados;
- 5.5.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários;
- 5.5.4. Emitir a devida Ordem de Fornecimento;
- 5.5.5. Efetuar os pagamentos devidos;
- 5.5.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto à aplicação de sanções, às alterações e às revisões do Contrato.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas (art. 18, §1º, IV da Lei 14.133/2021)

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário (*1)	Valor contratual total
01	01	Aquisição de licença de uso (perpétuas) do pacote de aplicativos Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) para uso nos computadores da Câmara de Valinhos	120	R\$ 1.450,00	R\$ 174.000,00

- (*1) valor médio **ESTIMADO**



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

7. Levantamento de mercado (art. 18, §1º, V da Lei 14.133/2021)

- 7.1. Realizamos cotações com empresas fornecedoras através de e-mails, acesso a sites e chats comerciais;
- 7.2. Buscamos, naturalmente, empresas regularizadas formalmente como “Revenda Microsoft”.

05/01/2026, 14:25

Proposta 508718

MAPData

nti
PART OF NTI GROUP

AUTODESK
Platinum Partner

Adobe
Platinum Reseller

Microsoft
Solutions Partner

COREL

Gold Partner

PROPOSTA COMERCIAL

508718

Data de Emissão: 05/01/2026

MAPData Tecnologia, Informática e Comércio Ltda.

Av. Geraldo Gobbo, 278 Bairro: Boa Vista CEP 13.477-410 Americana - SP

CNPJ: 66.582.784/0001-11 IE: 165.110.520.116

Câmara Municipal de Valinhos

Rua Ângelo Antônio Schiavinato, 59, Bairro: Residencial São Luiz CEP 13270-470 Valinhos - SP

Fone: (19) 3515-727

CNPJ: 59.011.676/0001-23

IE: ISENT0

Contato

Nome: Marcel Coelho Martins

Departamento: Tecnologia da Informação

Fone: (19) 3829-5355

Email: informatica@camaravalinhos.sp.gov.br

Contato Comercial

Nome: Camila Antonias

Fone: (19) 3475-4100

Email: camila.antonias@mapdata.com.br

1 - Apresentação

A MAPData é Microsoft Solutions Partner. A revenda que você confia para adquirir soluções Autodesk revende as soluções Microsoft. Fundada em 1975, a Microsoft é hoje líder mundial e absoluta em soluções desktop para sistemas operacionais, com o software Microsoft Windows, e também líder em aplicações de escritório, com o Microsoft Office. Hoje em dia, além destes segmentos, a Microsoft atua nos mais diversos segmentos de mercado, como desenvolvimento, jogos, sistemas gerenciadores de banco de dados, venda de periféricos, serviços, entre outros.

2 - Condições Comerciais

Comparativo Office

OFFICE HOME & BUSINESS 2024- Modelo ESD PERPÉTUO

1 - OFFICE HOME & BUSINESS 2024 ESD - PERPÉTUO	100	R\$ 1.450,00	R\$ 145.000,00
--	-----	--------------	----------------

Microsoft 365 Apps for business- Anual

2 - Microsoft 365 Apps for business (P1Y-Annual) - Commercial	100	R\$ 687,72	R\$ 68.772,00
---	-----	------------	---------------

3 - Notas Importantes

- Os valores acima estão expressos em Reais (R\$).

<https://mapsis.mapdata.com.br/mapsis/propostas2/visualizarImpressao.aspx?p=508718>

1/4



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

8. Estimativa do valor da contratação (art. 18, §1º, VI da Lei 14.133/2021)

- 8.1. Nossa estimativa foi fundamentada básica e principalmente na cotação recebida junto à MAPData, revendedor perfeitamente regularizado junto à Microsoft (atende as exigências previstas no Termo de Referência) e com valores bastante razoáveis dentro do mercado;
- 8.2. **Chegamos a um valor unitário estimado de R\$ 1.450,00/licença e um custo total para as 120 (cento e vinte) licenças de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais).**

9. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII da Lei 14.133/2021)

9.1. Produto: Microsoft Office Home & Business 2019

9.1.1. Produto: Microsoft Office Home & Business 2024 (ou versão superior)

- 9.1.1.1. Tipo de Licença: Perpétua;
- 9.1.1.2. Quantidade: 120 (cento e vinte) licenças;
- 9.1.1.3. Plataforma: Compatível com Windows 10 ou superior;
- 9.1.1.4. Idioma: Português (Brasil);
- 9.1.2. Ativação: Através de chave de licença (*Product Key*) ou conta Microsoft;
- 9.1.3. Modalidade: Licença para instalação local (não baseada em nuvem);
- 9.1.4. Aplicativos incluídos (mínimo): Word, Excel, PowerPoint e Outlook;
- 9.1.5. Tipo de uso: comercial/profissional;
- 9.1.6. Suporte: Suporte técnico padrão da Microsoft;
- 9.1.7. Entrega: Eletrônica (via e-mail, portal ou sistema de gestão de licenças);
- 9.1.8. Garantia: Garantia de autenticidade e funcionamento, com emissão de nota fiscal e chave de ativação original.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução (art. 18, §1º, VIII da Lei 14.133/2021)

- 10.1. Não há previsão de parcelamento em lotes. As licenças podem ser recebidas e instaladas em etapas (grupos de licenças), mas o fornecimento não deve ser parcelado, isto é, o fornecimento deverá ser realizado por apenas uma empresa, que seguirá as orientações deste termo e garantirá que a finalidade de contratação seja atingida e haja canal único para alinhamento técnico e de suporte.

11. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX da Lei 14.133/2021)

- 11.1. **Maior segurança para os ativos de dados da Câmara de Valinhos:** versões muito antigas e desatualizadas de aplicativos apresentam relevantes falhas de segurança, eventualmente abrindo possibilidade de invasões, acesso de software maliciosos e vírus computacionais em geral;
- 11.2. **Homogeneidade:** prevemos atender todos os equipamentos da Câmara com este pacote de aplicativos, permitindo perfeito trâmite de arquivos (documentos, textos, planilhas, apresentações, etc) entre as várias áreas da Câmara (Presidência, Financeiro, Legislativo, Gabinetes, etc) sem risco de incompatibilidade;
- 11.3. **Compatibilidade com órgãos e agentes externos:** por ser este objeto (Office) quase um “padrão mundial” em se tratando de uso externo (quase 90% do mercado), é compreensível que teremos muito maior facilidade de interagir de forma mais rápida e produtiva com envio e recebimento de documentos originados fora



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

da Câmara, seja por outros órgãos municipais, estaduais, federais, ou mesmo de fornecedores, por exemplo;

- 11.4. A versão escolhida é versão estabilizada, razoavelmente recente e com alta usabilidade, e seu valor bastante reduzido em relação a versões mais recentes e com mais recursos (mas não naturalmente aplicáveis para a realidade da Câmara de Valinhos) proporcionará **ótima relação custo benefício e a melhor utilização dos recursos públicos** (eficiência e economicidade).

12. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato (art. 18, §1º, X da Lei 14.133/2021)

12.1. Gestão do contrato

- 12.1.1. Será exercida pelo Diretor de infraestrutura e Serviços, **WARNER CLAYTON FERRARI, Matrícula 23.536**, formalmente designado por esta, e a ele caberá o acompanhamento e certificação dos aspectos administrativos e financeiros do mesmo;

12.2. Fiscalização do contrato

- 12.2.1. Será exercida pelos servidores lotados igualmente na Diretoria de Infraestrutura, **MARCEL COELHO MARTINS, matrícula 23.268, e PEDRO SÉRGIO FORCHESATTO, matrícula 23.502**, aos quais caberá o acompanhamento da execução do serviço e sua adequação técnica ao termo de referência, além de auxiliarem o gestor do contrato no âmbito de suas responsabilidades técnicas.

13. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI da Lei 14.133/2021)

- 13.1. Não existe nenhuma contratação de serviço correlata ou interdependente ao objeto pretendido.

14. Possíveis impactos ambientais (art. 18, §1º, XII da Lei 14.133/2021)

14.1. Impactos Ambientais

- 14.1.1. Os impactos ambientais derivados da contratação serão mínimos, pois a CONTRATADA será orientada a priorizar os meios digitais para a obtenção das informações necessárias para o cumprimento do objeto (envio das licenças), bem como para a geração e envio de quaisquer relatórios e documentos previstos neste projeto;.

14.2. Medidas Mitigadoras ou Compensatórias

- 14.2.1. Caso não seja possível a CONTRATADA realizar a totalidade da implantação por meios digitais, poderão ser utilizados formulários físicos por meio de impressão, porém esse método será considerado exceção, no intuito de mitigar o impacto ambiental.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

15. Viabilidade (ou não) da contratação (art. 18, §1º, XIII da Lei 14.133/2021)

15.1. Viabilidade Técnica

- 15.1.1. O mercado oferece soluções que atendem o objeto pretendido, e há grande número de fornecedores qualificados e dispostos a atender nossa demanda;
- 15.1.2. E a Administração possui estrutura para gerir e fiscalizar a contratação.

15.2. Viabilidade Econômica

- 15.2.1. O levantamento de preços está compatível com o mercado;
- 15.2.2. O valor praticado pelas empresas está em conformidade com outras contratações de órgãos públicos realizadas anteriormente, bem como em acordo com o histórico da própria Câmara de Valinhos (versões 2007 e 2010), não havendo distorção ou disparidade de valores para esta nova licitação;

15.3. Interesse público

- 15.3.1. O perfeito funcionamento dos gabinetes e dos órgãos administrativos da Câmara de Valinhos é garantia de atendimento às demandas dos cidadãos valinhenses, que não podem e não devem sofrer interrupção ou operação deficiente decorrentes de falta das ferramentas necessárias à rotina diária de atividades da Câmara;

15.4. Conclusão da Viabilidade

- 15.4.1. A contratação é plena e comprovadamente viável, pois:
 - 15.4.1.1. A necessidade de contratação é imprescindível para o perfeito e eficiente funcionamento das rotinas da Câmara;
 - 15.4.1.2. E a contratação, nos termos ora apresentados através deste documento, atende perfeitamente a necessidade de cumprimento dos princípios de transparência, publicidade e eficiência da Administração Pública, através da elaboração de especificação técnica perfeitamente condizente com o mercado, permitindo ampla concorrência e participação de licitantes no processo.

Valinhos, 28 de janeiro de 2026
Responsável pela Formalização da Demanda

Warner Clayton Ferrari (Diretor)
Matrícula: 23.536